

## CARAVANA COMUNIDADE SEGURA – MATO GROSSO DO SUL

*Emanuelle Araújo*

A Caravana esteve na cidade de Campo Grande – MS nos dias 22 e 23 de junho de 2009, com apoio da Comissão MS Contra a Violência, OAB. Nos dois dias, a Caravana visitou boas práticas e dialogou com atores públicos e sociais no âmbito da Segurança Pública.

No primeiro dia, a Caravana visitou as polícias Civil e Militar e participou de uma Conferência Livre no CRAS – Centro de Referência em Assistência Social - Margarida Simões Correa Neder. A conferência contou com a participação de jovens do Instituto Mirim (formação profissional) e adolescentes do ProJovem, os quais foram convidados para o encontro que seria realizado pela Caravana no dia seguinte.

No segundo dia, a Caravana visitou a Assembléia Legislativa e conversou com o deputado estadual Pedro Luiz Teruel (PT), um político dedicado a ações voltadas para o desarmamento da população; e o deputado estadual cel. Ivan de Almeida (PSB). A proposta da Caravana foi apresentada ao prefeito de Campo Grande, Nelson Trad Filho, e ao presidente da OAB, Fábio Ricardo Trad. Ambos se disponibilizaram a apoiar o projeto no que fosse necessário.

O seminário Caravana Comunidade Segura foi realizado no auditório da sede da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no dia 23 de junho. Participaram do encontro, representantes da sociedade civil, da Assembléia Legislativa, da OAB, do Conselho Municipal da Juventude, das polícias Civil e Militar, do Ministério Público, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e de movimentos estudantis.

Durante o debate, o cel. Ivan de Almeida ressaltou a importância da política de drogas no âmbito da Segurança Pública. Segundo o deputado, torna-se imperativo o combate à entrada de drogas no Brasil. Comentou que no país o consumo de drogas sintéticas é altíssimo, mas que não se tem notícia disso. Seguiu dizendo que existem iniciativas isoladas, contudo, não existem ações efetivas.

Em relação às polícias, cel. Ivan apontou algumas dificuldades como a falta de comunicação - “Não há sintonia entre as polícias” -; e a grande complexidade da segurança pública: “A Segurança Pública varia de cidade para cidade, funcionando de acordo com seus comandantes e respectivas secretarias”. Criticou, ainda, o fato de não haver uma política de recomposição dos efetivos e falou sobre a necessidade de se melhorar os salários dos policiais militares e as condições trabalhistas: “Para os policiais não há sequer acompanhamento psicológico e médico”.

Outro fator de entrave para o desenvolvimento de ações realmente transformadoras na área da Segurança Pública seria a direção das academias por pessoas que participaram do Regime Militar. Segundo o coronel, uma herança militar iria contra os novos ideais de Segurança Pública. O coronel finalizou enfatizando a importância da polícia comunitária: “O maior macete é conhecer os moradores do lugar”.

Antônio Pedro Vilela, do Grupo de Prevenção de Acidentes e Violências (Secretaria Municipal de Saúde Pública – SESAU/MS) falou sobre o custo hospitalar da violência no Brasil, diz ele: “O Brasil gasta cerca de R\$4 bilhões com essas causas externas”. Disse ainda que o registro de ocorrências relacionadas à violência doméstica e ao abuso sexual é altíssimo, e ressaltou o aumento de violência auto-provocada: “O suicídio de jovens de 14 a 16 anos é provocado por uma série de fatores sociais”. De acordo com Antônio Pedro, “Não adianta só construir hospitais, mas deve-se atuar preventivamente. A Segurança Pública deve se estruturar em todos os sentidos, principalmente na educação. Devemos trabalhar com programas definidos e com metas”. Concluiu dizendo que o trabalho deve ser contínuo e que se devem construir estratégias que possam ser medidas e avaliadas. Além disso, sugeriu uma maior divulgação da Caravana entre a população.

Karoline Mendes, do Conselho Municipal de Juventude, falou sobre a importância de uma campanha de segurança permanente. A estudante citou a política de desarmamento e de prevenção como propostas essenciais para a Segurança Pública. Segundo Karoline, o envolvimento da sociedade é fundamental: “A sociedade deve se apropriar desse debate”. “Deve-se ter um sistema de segurança que vá além da polícia”. Segue aludindo à inclusão de temas transversais: “Qual o resultado efetivo de ter uma grande corporação? Deve-se transversalizar a política de segurança”. Por fim, a jovem discorreu sobre a cultura do medo a

qual estaríamos todos expostos, e sobre estratégias nada proíficas como a diminuição da maioria penal, toque de recolher e permissão de porte de arma.

De acordo com o coronel da PM e presidente do Clube dos Oficiais, Iacir Paulo Azamor, “existem mecanismos que impedem a própria reunião das polícias”. Criticou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) afirmando não entender porque foi criado: “Já existia um Plano Nacional de Segurança Pública, antes do Pronasci ser criado”. O coronel lembra ainda que, no momento de elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública, não existia sequer uma secretaria nacional nessa área, que somente foi criada no ano 2000. O coronel recriminou a não existência de um Ministério de Segurança Pública.

Para o cel. Iacir, o problema não é a falta de propostas, mas a não execução das mesmas: “Não há necessidade de novos planos, e sim, a implementação das ações”. O próprio sistema impediria que as medidas acontecessem como deveriam: “As pessoas acham que têm idéias brilhantes pra resolver os problemas de Segurança Pública. [No entanto] existe muita gente que quer impedir que as medidas aconteçam. Existem muitas dificuldades para implementar as medidas”. Criticou ainda o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) que, segundo o coronel, reúne todas as polícias, mas desconhece qualquer medida e, ainda assim, é responsável por um plano estadual de Segurança Pública.

O coronel seguiu com várias críticas à Segurança Pública no Brasil: “Vamos continuar copiando um modelo de polícia norte-americana? Não dá certo superlotar o sistema prisional”. Outra crítica se deu em relação à falta de comunicação entre as secretarias: “Há o registro de ocorrências de violência na Secretaria da Saúde, mas a Secretaria da Justiça não tem acesso”.

O cel. Iacir ressaltou no seu discurso a gravidade do suicídio; morte por armas de fogo; e a falta de segurança dos próprios policiais: “Eu pago um segurança pra ficar na porta da minha casa. Eu saio fardado todos os dias, todos sabem que sou da polícia”, afirmando que se vê obrigado a fazer isso para não morrer. Concluiu sua participação dizendo: “Não precisamos de mais planos, precisamos de vergonha na cara”.

Para Gilberto Artero Filho, escrivão da Polícia Civil, “Toda a participação da sociedade é válida”. Outro ponto diz respeito à questão do fortalecimento das polícias que,

segundo Gilberto, é fundamental para a redução da criminalidade: “A nossa polícia é uma polícia fraca, dependente do governo”. Como sugestão para o desenvolvimento das polícias apontou a qualificação profissional; recomposição do quadro de funcionários; e a melhoria dos salários. De acordo com Gilberto, “todos ficam a mercê do governo fazer novos concursos. É preciso fazer um levantamento de quantos policiais se aposentaram, o concurso deve ser feito com um número determinado de candidatos”.

O escrivão comenta que a violência está ligada à questão das drogas e, segundo ele, o álcool também é uma droga que deve ser combatida. O consumo de drogas estaria provocando a perpetuação da violência. Falou ainda sobre a participação da mídia na indução do consumo do álcool e sobre a importância de sites como o portal [www.propagandasembebida.com.br](http://www.propagandasembebida.com.br). Diz ele: “O álcool é socialmente aceito e imposto; é utilizado na socialização dos jovens”.

Assim como o cel. Iacir, Gilberto ressalta a necessidade de integração entre as secretarias. Segundo Gilberto, a Secretaria de Segurança é de suma importância para a garantia dos direitos fundamentais: “Uma coisa está ligada à outra”. Além disso, criticou o referendo sobre o comércio de armas e munições, no qual a população optou pelo “Não”. Segundo Gilberto, houve uma espécie de “neurose coletiva” nesse advento, “Ninguém sabia o que estava sendo perguntado”. Em sua opinião, o Referendo foi uma estratégia da indústria armamentista para desmoralizar o Estatuto do Desarmamento. O grande problema seria a maneira como a pergunta - “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?” - foi elaborada, o que teria induzido a população optar pelo “Não”.

O professor Waldemir Ribeiro Acosta, do Instituto Sementes do Amanhã, discorreu sobre o sentimento de insegurança que as escolas vivenciam nos dias de hoje. Relatou que numa escola estadual de Campo Grande o carro de um professor foi apedrejado. Segundo ele, existe um enorme desafio entre o corpo discente e o corpo docente: “Deve haver um trabalho de conscientização de professores e alunos. Os envolvidos estão sendo ameaçados e têm os carros riscados”. Em relação à indisciplina escolar, tão corriqueira nos dias atuais, comentou sobre a revolta dos estudantes de uma escola pública quando descobriram que a venda de bebidas alcoólicas na festa junina da escola estava proibida. Para o professor, os valores de hoje estão completamente deturpados. Conclui dizendo: “Os jovens precisam de ocupação, eles querem ser reconhecidos e valorizados. Deve ser feito um trabalho de resgate da auto-

estima do jovem através da profissionalização. Quando isso não acontece, é através da violência que o jovem vai em busca do seu espaço”.

A educadora Rita de Cássia de Souza, da Secretaria de Estado de Educação, também abordou o tema da indisciplina escolar tanto na rede particular quanto na rede pública: “A questão da indisciplina é muito séria nas salas de aula. As escolas públicas estão muito mais preocupadas com a indisciplina do que as escolas particulares. Na escola pública a indisciplina gera violência. Os meninos têm acesso maior às drogas e à violência doméstica”. Rita de Cássia apontou fatores que influenciam a indisciplina e conseqüente violência nas escolas como o despreparo dos professores e dos pais dos alunos no processo educativo e a própria gestão da escola. “Os professores não conhecem o Projeto Político Pedagógico das suas escolas, não têm conhecimento das leis que regem as suas escolas”. Quanto aos pais, ressalta: “Os pais hoje não sabem dizer aos filhos o que podem e o que não podem fazer, eles esperam que a escola faça isso, mas a escola não tem tempo”. “Uma das grandes causas da indisciplina escolar está na própria gestão das escolas”, de acordo com a educadora as escolas são mal conduzidas.

A educadora conclui dizendo: “Não custa nada os professores falarem ‘Oi’ pros alunos, conversar. Precisamos entender o que está causando indisciplina nas escolas e saber por que os jovens estão indo para a escola armados. Os alunos precisam de carinho e amor”.

Podemos identificar no discurso dos participantes que o tema de Segurança Pública é multifacetado e atravessado por várias questões transversais, tais como: 1) más condições de trabalho e má remuneração dos policiais; 2) quadro de efetivos insuficiente nas polícias; 3) falta de integração entre as polícias e as secretarias; 4) falta de uma política de drogas efetiva; 5) participação da mídia como indutora do uso de álcool; 6) indisciplina nas escolas; 7) fatores psicossociais. Por fim, uma outra questão constantemente mencionada pelos participantes e que devemos enfatizar diz respeito à importância da sociedade no debate do tema da Segurança Pública.